

Manifestação contra os ataques às políticas destinadas às populações tradicionais

Associação Brasileira de Antropologia e seu Comitê Povos Tradicionais, Meio Ambiente e Grandes Projetos vem manifestar sua preocupação e total discordância diante das medidas que vem sendo tomadas, nas últimas semanas, pelo governo interino.

Estão sendo tomadas medidas que representam graves prejuízos à liberdade e aos direitos sociais e culturais, e que afetam, particularmente, os povos tradicionais cujos direitos se tornam cada vez mais vulnerabilizados diante do cenário que se apresenta. São medidas para acelerar a implantação de projetos desenvolvimentistas, ameaças ao campo da educação, ciência e tecnologia, a perda de espaços institucionais e formas de representação de agendas de direito de minorias, como mulheres, negros, indígenas, quilombolas, e outros povos tradicionais; são todas medidas que nos afastam de um projeto de sociedade mais justa, inclusiva e plural, nos aproximando de práticas ditatoriais.

Causa-nos especial espanto a forma como os meios de comunicação têm contribuído para o desmonte dos direitos conquistados e repudiamos, de forma veemente neste momento, o Editorial do Jornal O Estado de São Paulo do último dia 16 de maio, que defende o fim do Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais, instituído através do Decreto nº 8750 de 9 de maio de 2016, desrespeitando a trajetória de lutas e o reconhecimento conquistado nos últimos anos pelos segmentos sociais representados pela Comissão Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais – CNPCT, desde sua criação em 2007.

Neste grave momento político, apoiamos plenamente as mobilizações dos povos tradicionais, dos antropólogos e outros acadêmicos em nome da manutenção de ações de Estado destinadas a esses segmentos sociais, da justiça social e da superação da desigualdade.

Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e seu Comitê Povos Tradicionais, Meio Ambiente e Grandes Projetos

Brasília, 31 de maio de 2016.